

**A DINÂMICA INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE
FORTALEZA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA E ESPACIAL**

**THE INDUSTRIAL DYNAMICS AT THE METROPOLITAN
REGION OF FORTALEZA IN THE PRODUCTIVE AND SPATIAL
RESTRUCTURING CONTEXT**

**LA DINÂMICA INDUSTRIAL EN LA RÉGION
METROPOLITANA DE FORTALEZA EN EL CONTEXTO DE LA
REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA Y ESPACIAL**

João Marcos Tavares Cabral
j.marcos2210@hotmail.com

Alexsandra Muniz
geoalexandraufc@gmail.com

Patrícia Marques Sampaio
patriciamarquez15pm@gmail.com

RESUMO: A reestruturação produtiva e espacial vivenciada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) estabelece transformações tanto na produção e relações capital e trabalho como na organização espacial das indústrias, além das modificações na estrutura espacial e papel da metrópole. Os municípios pertencentes à RMF também passam por modificações em seus papéis antes desempenhados nas economias local e regional, que com os incentivos fiscais ganham área de influência polarizadora. Neste artigo, analisar-se-á e destacar-se-á a dinâmica da indústria na RMF, notadamente nos últimos 30 anos, evidenciando-se os demais processos históricos, sociais, políticos e espaciais. Assim, delimitou-se a escala do objeto de estudo (RMF) na qual destacar-se-á o processo de expansão do capital industrial e suas inter-relações. Para tanto, recorremos a pesquisa bibliográfica, estatística e de campo. Verificou-se na RMF a tendência ao processo de desconcentração industrial, mesmo a capital ocupando posição de destaque.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva e Espacial; Região Metropolitana de Fortaleza; Desconcentração Industrial.

ABSTRACT: The productive and spatial restructuring experienced in The Metropolitan Region of Fortaleza (RMF) establishes transformations in the production and relations capital and labor as well as in the spatial organization of industries, besides the modifications in the spatial structure and role of the metropolis. RMF's municipalities also go through changes in their previously assigned roles in local and regional economies that become a polarized area of influence due to certain tax breaks. This article analyzes and emphasizes the industrial dynamics in the RMF, notably in the last 30 years, putting in evidence other processes, such as historical, social, political and spatial processes. Hence, the RMF was established as the study object, in which is emphasized the expansion process of the industrial capital and its interpellations. To this end, we resorted to literature, statistical and field research. Even though Fortaleza, the state's capital, is still placed at a prominent position amongst other municipalities, we were able to verify that the Metropolitan Region of Fortaleza has been through a industrial deconcentration process over the past years.

Keywords: Productive and Spatial Restructuring; Metropolitan Region of Fortaleza; Industrial Deconcentration.

RESUMEN: La reestructuración productiva y espacial vivenciada en la Región Metropolitana de Fortaleza (RMF) establece la transformaciones en la producción y las relaciones capital y trabajo, así como en la organización espacial de las industrias, además de las modificaciones en la estructura espacial y el papel de la metrópole. Los municipios que pertenecen a RMF también pasan por modificaciones de sus papeles anteriormente desempeñados en las economías locales y regionales, que con los debidos incentivos fiscales ganan áreas de influencia polarizadora. En este artículo, se analizará y se destacará la dinámica de la industria en la RMF, notablemente en los últimos 30 años, evidenciando los demás procesos históricos, sociales, políticos y espaciales. Consecuentemente, se ha delimitado la escala del objeto de estudio, la RMF, en la cual se destacará el proceso de expansión del capital industrial y sus interrelaciones. Por eso, recurrimos a la investigación bibliográfica, estadística y de campo. Se puede ver en la Región Metropolitana de Fortaleza la tendencia al proceso de desconcentración industrial, incluso la capital ocupando posición de destaque.

Palabras clave: Reestructuración Productiva y Espacial; Región Metropolitana de Fortaleza; Desconcentración Industrial.

INTRODUÇÃO

A indústria é uma atividade econômica capaz de articular pessoas, fixos e fluxos, ao passo que possui uma dimensão espacial e uma dinâmica que só pode ser apreendida com base em sua dimensão histórica. Considerando a sua gênese e produção atreladas ao processo de produção e reprodução capitalista a nível mundial, a atividade industrial se localiza inicialmente no interior das grandes cidades em virtude de fatores locacionais como proximidade à matéria-prima, ao mercado consumidor e, posteriormente, às fontes de energia.

No entanto, tais fatores de localização industrial clássicos não são mais responsáveis por explicar inteiramente o fenômeno industrial, sendo necessário levar em consideração outros “porquês” que justificariam a localização de determinado ramo industrial em um dado espaço. É nesse contexto que se pode verificar a iminência da reestruturação produtiva e espacial no que tange o suscitar de modificações tanto na produção como na organização espacial das indústrias.

Do mesmo modo, as articulações e as relações da indústria se dão, grosso modo, em escala global, ocasionando uma complexificação da divisão territorial do trabalho. Diferentes partes do mundo encontram-se conectadas em decorrência do desenvolvimento dos meios de transporte, comunicação e informação, os quais constituem, juntamente a oferta de mão de obra qualificada, a concessão de incentivos fiscais e financeiros, a oferta de capacitação de trabalhadores a partir de escolas profissionalizantes etc., os principais fatores locacionais de atração das indústrias.

Com a necessidade de atingir um padrão de competitividade mais elevado em face da reestruturação do capital e da insurgência de uma economia globalizada, o Ceará passa por transformações em sua estrutura de organização do trabalho, da produção e do próprio espaço, sendo o Estado um dos principais mecanismos da expansão da indústria através dos incentivos fiscais e financeiros e políticas públicas que visam uma maior inserção da Região Nordeste no bojo da industrialização brasileira, como aquelas implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) nos principais Estados da região, como Bahia, Pernambuco e Ceará, não findando, porém, as desigualdades regionais.

Além de uma incipiente descentralização industrial a nível nacional, percebe-se, mais fortemente a partir da década de 1990, o início de uma desconcentração industrial a nível estadual com base na ascensão política de uma elite pautada nos princípios neoliberais. Isto posto, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), instituída pela Lei Complementar nº 14 de 1973 e atualmente composta por dezenove (19) municípios, tem sua dinâmica populacional, econômica e espacial diversificada diante da reestruturação produtiva e das políticas empreendidas por sucessivos governos, ocasionando transformações socioespaciais.

Destarte, entendendo que a atividade industrial é um processo ininterrupto capaz de desencadear modificações na estrutura socioespacial da RMF, o presente artigo analisa a dinâmica industrial na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), notadamente nos últimos 30 anos, ao passo em que busca entender como espaços industriais antigos são refuncionalizados e compreender como a dispersão industrial no espaço urbano-metropolitano de Fortaleza é modificada diante do processo de reestruturação produtiva, considerando que a RMF tem sua zona de influência expandida não somente a nível local, regional e nacional, mas também global.

Para tanto, a pesquisa se deu através de levantamento e análise bibliográfica, de pesquisa em dados estatísticos e construção de bases cartográficas, ressaltando a utilização de dados da indústria cearense provenientes do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Outrossim, foram realizados trabalhos de campo em algumas indústrias localizadas na RMF, como a Grendene situada no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) situada no município de São Gonçalo do Amarante.

Inicialmente, serão realizados breves apontamentos sobre localização industrial e as implicações da reestruturação produtiva e espacial, ressaltando, também, as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista quando este adota a ideologia neoliberal.

Posteriormente, serão realizados breves apontamentos sobre o processo de industrialização cearense e sobre a dinâmica industrial na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), enfatizando, principalmente, a distribuição espacial do capital industrial nos municípios que compõem a RMF.

INDUSTRIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL

Assim como apontado pela história, a indústria teve sua gênese associada ao aumento do desenvolvimento técnico ocorrido na Inglaterra do século XVIII. Em virtude da necessidade de estarem próximas ao mercado consumidor e à mão de obra, as primeiras indústrias localizavam-se “dentro” das cidades, passando a ocupar, séculos depois, espaços próximos às fontes de matéria-prima. Carlos (2001), ao considerar a relação espaço e indústria, afirma que esta pode ser abordada a partir de sua perspectiva histórica em função do:

a) desenvolvimento das forças produtivas e b) da articulação dos espaços nacionais na formação econômica e social. Assim, entender a indústria enquanto unidade produtiva requer entender o modo pelo qual a sociedade produz, num determinado momento histórico. Isto significa que é necessário analisar a indústria dentro da produção capitalista (CARLOS, 2001, p. 21).

Consequentemente, em virtude da mundialização do capital, da necessidade de expansão de negócios e da inserção no mercado internacional cada vez mais competitivo, modelos clássicos de localização industrial não conseguem sozinhos apreender e explicar a instalação de um determinado ramo industrial em um espaço. Outrossim, dado a complexificação de sua estrutura e organização, a indústria não mais se limita apenas à estrutura física da fábrica, articulando, também, outros setores que são incorporados a produção, como o terciário e o próprio Estado como agente no processo de alocação de suas instalações e de fomento a capacitação da mão de obra.

Logo, diferentemente da estrita necessidade de proximidade da matéria-prima, de fontes de energia e/ou do mercado consumidor, atualmente, o que se vê é uma busca cada vez maior por atrativos locais como a oferta de mão de obra, infraestrutura urbana para uma maior facilidade de escoamento da produção através da construção e ampliação de estradas, rodovias, portos, aeroportos etc., serviços como educação, saúde, segurança e lazer

para atender a população e, também, para a capacitação de trabalhadores a partir da atuação do Estado na construção de polos científicos e técnicos, escolas profissionalizantes etc.

É nesse contexto que a indústria, possuidora de uma dimensão espacial, articula pessoas, objetos e fluxos, estando inserida em um determinado período histórico perpassado por um sistema de produção. A partir da segunda metade do século XX, o Capitalismo passou por um processo de reestruturação, o qual envolveu mudanças que afetaram diretamente o modo de produção de mercadorias e a forma como os países estavam integrados economicamente e politicamente. Com a crise do capital na década de 1970, a qual foi caracterizada pelo esgotamento do modelo de produção fordista/taylorista, pelo fim do *Welfare State*, pela crise da superprodução de mercadorias e pelo desemprego estrutural, o Capitalismo precisou encontrar saídas para evitar o seu esgotamento.

Do mesmo modo, houve a ascensão de uma ideologia de mercado calcada no neoliberalismo, caracterizado pela participação mínima do Estado, pelas privatizações e pela produção flexível. Com a passagem do padrão fordista/taylorista de acumulação para o modo de acumulação flexível (HARVEY, 1993) ou pelo modelo de produção conhecido por Toyotismo, o Capitalismo se lançou à inauguração de uma nova fase de acumulação pautada na integração, na aceleração e na reestruturação econômica, compreendendo, ainda, o período técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2004), os avanços em áreas como robótica, microbiologia, telecomunicações, transportes, informática e a busca cada vez mais da eficiência e da competitividade entre os países do mundo.

De acordo com Benko (2002, p. 29):

A passagem para novo regime de acumulação acompanha-se de mudanças fundamentais multiformes nos modos de produção e de consumo, nas transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais. Eles induzem uma reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo etc.

Assim, com a reestruturação capitalista ocorrida na década de 1970 e intensificada nas décadas posteriores, a indústria teve o seu processo produtivo modificado sob a égide da flexibilização, acarretando em uma descentralização industrial em nível global. De acordo com Muniz, Silva e Costa (2011, p. 15), o processo de reestruturação produtiva “acelera-se a partir dos anos 1990 sob o impulso das políticas neoliberais”. Tal processo é responsável não somente por transformações econômicas, mas também transformações do padrão de organização da vida política, social, laboral e espacial.

Reolon (2014) destaca que a reestruturação produtiva influi diretamente na configuração territorial, constituindo um dos principais vetores da reestruturação urbana no Brasil. Além disso, o autor ressalta que “se as articulações interurbanas são influenciadas pela redistribuição, no plano interno as cidades afetadas também sofrem alterações em sua forma e conteúdo” (REOLON, 2014, p. 2), corroborando para o fato de que a reestruturação produtiva é um fenômeno propriamente geográfico, implicando em reorganização territorial e em modificações na dinâmica espacial dos lugares onde tal processo se desenvolve.

A reestruturação produtiva é, também, um fenômeno socioespacial. Conforme Soja (1993, p. 193):

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, provenientes de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos.

Com a reestruturação produtiva, há um rearranjo não somente do “chão de fábrica”, mas também do próprio modo de vida das pessoas, das formas como elas se relacionam entre si e com os donos do capital. A força de trabalho que antes era caracterizada pela desqualificação, pelo trabalho coletivo/parcelar e pela produção em massa, com a flexibilização do capital, passou a ser flexível, com o aumento das terceirizações e a precarização dos contratos trabalhista, além da demanda por um trabalhador cada vez mais qualificado.

Segundo Antunes (1995), efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também na crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; subproletarização intensificada, com trabalho presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”.

Desenvolvimento de pontos críticos à formulação que defende as positivities e o avanço da especialização flexível começou a elevar a produtividade das pequenas empresas através do avanço tecnológico, articulando, assim, as pequenas empresas aos grandes conglomerados, e todo esse processo levou ao nascimento das formas industriais e competição nessa imensa rede de controle da força de trabalho, voltada para o capitalismo.

[...] os fatos da desindustrialização e a da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de

trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente”. (ANTUNES, 1995, p. 30)

No setor industrial, “a reestruturação produtiva ocorre de modo mais intenso, dentre outras coisas, por via de novos padrões de gestão/organização do trabalho, que assume importância decisiva na flexibilização das relações de trabalho com impactos socioeconômicos e espaciais” (MUNIZ, 2014, p. 169). Com a aplicação de mecanismos de controle de qualidade como o sistema *Kanban* e a prática do *just-in-time*, ocorreu “um melhor aproveitamento do espaço e redução do tempo de produção; melhor controle da qualidade do produto e maior produtividade (MUNIZ; SILVA; COSTA, 2011, p. 17).

Diante das mudanças no sistema capitalista em que a reestruturação da produção é um de seus vieses, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) busca se inserir cada vez mais no mercado de produção global, implicando em transformações em suas relações econômicas, políticas e socioespaciais. Com a descentralização industrial advinda do fenômeno conhecido por “guerra fiscal” ou “guerra dos lugares” (SANTOS, 1996), o qual é caracterizado pelos incentivos fiscais, financeiros e locais para a atração de indústrias para determinados lugares, houve uma verdadeira “guerra” entre os estados brasileiros para que variadas atividades industriais fossem instaladas em seus territórios. Tais formas de descentralização produtiva mostram que a fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, conforme Antunes (1995), podem possibilitar ao capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força do trabalho.

Em linhas gerais, a reestruturação, calcada na produção flexível, propiciou uma reorganização do processo da gestão da produção e da força de trabalho, com outras práticas gerenciais, uma nova lógica de produção de mercadorias, o desenvolvimento de novas tecnologias e a descentralização produtiva, com a terceirização ou as realocações industriais. Isto ocasionou o fechamento de indústrias e abertura de outras; a modificação das regras institucionais de relacionamento entre capital e trabalho; as mudanças de hábito no consumo; as alterações nos padrões de concorrência intercapitalista etc. (MUNIZ, 2019, p. 6)

No contexto da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Fortaleza teve suas funções “extrapoladas” para a metrópole e outros municípios passaram a integrar a dinâmica urbana, uns com maior e outros com menor intensidade. A desconcentração industrial que ocorre na RMF é responsável, ainda, por suscitar transformações de ordem espacial, fazendo com que seja possível observar a refuncionalização de espaços que outrora foram predominantemente de atividade industrial, mas que atualmente apresentam também comércio, serviços, condomínios residenciais, entre outras atividades.

A DINÂMICA INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF)

Segundo Amora (2007), a industrialização cearense pode ser compreendida a partir de três períodos distintos: o primeiro, correspondente ao momento de implantação da atividade industrial no Estado, ocorrendo de meados do século XIX ao ano de 1950; o segundo, ao período de expansão da indústria a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocorrendo dos anos 1960 até os anos 1980; e, por fim, um terceiro, marcado pela ascensão de uma elite que traz uma política industrial baseada, sobretudo, na guerra fiscal.

Deve-se assinalar, ainda, que a industrialização cearense sempre esteve intrinsecamente relacionada à disponibilidade de matéria-prima. Desse modo, é perceptível a preponderância da indústria têxtil enquanto setor industrial de maior desenvolvimento em uma época em que a indústria ainda era incipiente no estado. Do mesmo modo, a existência de uma elevada quantidade de estabelecimentos de produção de curtumes também esteve relacionada com a existência de matéria-prima no Estado, ou seja, com a existência do gado, constituindo uma das atividades pré-industriais mais importantes para o Ceará.

Para Amora (2007, p. 371), “[...] o surgimento dessas primeiras indústrias explica-se pela presença da matéria-prima de origem agrícola e pecuária, com destaque para a produção expressiva do algodão no Ceará”. Assim, num primeiro período, a indústria cearense esteve agudamente relacionada à produção de produtos têxteis e a base do couro. Outrossim, vale a pena ressaltar a importância de Fortaleza enquanto ponto de escoamento da produção, tendo em vista a sua localização geográfica e a presença de infraestrutura urbana, de serviços e equipamentos (MUNIZ, 2014).

Embora a indústria cearense possa ter apresentado momentos de produção expressiva nesse primeiro período – notadamente impulsionada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América e pelas duas Grandes Guerras -, ela era “defasada” em relação a indústria nacional, apresentando maquinário ultrapassado e “[...] deficiência de eletricidade [que] são fatores alegados para o atraso da industrialização” (AMORA, 2007, p. 373).

Assim, fundamentado no relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) que apresenta as disparidades regionais existentes no país, foi criada, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), marcando o início do segundo período de industrialização do Ceará.

No entanto, ainda que a SUDENE tenha sido criada com o objetivo de inserir a Região Nordeste no bojo da industrialização nacional, esta corroborou para o aumento das disparidades entre as regiões do país, haja vista que a concentração de renda fora ampliada e as desigualdades regionais continuaram a existir (AMORA, 2007). Diante disso, pautada numa política industrial baseada na oferta de mão de obra barata, concessão de incentivos fiscais e demais atrativos locais, houve a ascensão de uma nova elite, por volta da segunda metade da década de 1980, no Ceará, proporcionada pelo processo de reestruturação produtiva.

É importante enfatizar que essa política baseada na reestruturação da economia mundial objetiva uma descentralização das atividades industriais, fazendo com que a indústria não permaneça concentrada no município de Fortaleza. Entretanto, mesmo com a criação do Distrito Industrial de Maracanaú, em 1963, e outros equipamentos para a produção industrial, como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), com operações iniciadas em 2016, percebe-se que a atividade industrial continua concentrada na Capital, considerando-se que Fortaleza apresenta as melhores condições de mobilidade, escoamento da produção, existência de serviços, proximidade ao mercado consumidor, disponibilidade de mão de obra qualificada, entre outros, assunto que será retomado posteriormente neste artigo.

Fortaleza, além da concentração demográfica (sendo a maior cidade do Ceará em população e a quinta cidade brasileira, com população estimada em 2014 de 2.571.896 hab. em uma área de 314,930km², apresentando a maior densidade demográfica entre as capitais do país, com 7.786,4 hab/km² de área), centraliza os investimentos da RMF, mesmo com a extensão do tecido urbano e a descentralização que acompanha a lógica global. (MUNIZ, 2015, p. 5)

Concomitante ao desenvolvimento do terceiro período de industrialização cearense temos o desenvolvimento das técnicas de transporte, comunicação, informação e produção que tornaram o sistema econômico mundial mais competitivo e fluido. Assim, cresce, cada vez mais, a demanda por respostas rápidas às necessidades de produção. Além de aperfeiçoar a produção, busca-se o desenvolvimento de sistemas de objetos que deem suporte à produção que se coloca em um quadro de crescente competitividade mundial.

Do mesmo modo, aparece como uma necessidade para os setores produtivos a oferta de determinados “incentivos” para atrair a atividade industrial, podendo ser citados: o desenvolvimento da infraestrutura urbana com a construção e ampliação de rodovias e estradas, facilitando a circulação da produção; a construção e a ampliação de portos, aeroportos e canais que também favorecem o escoamento da produção, possibilitando as trocas internacionais de mercadoria; os incentivos fiscais e financeiros para a alocação de

setores da indústria; atrativos locais como mão de obra qualificada (embora se busque cada vez mais uma mão de obra não qualificada em indústrias tradicionais), entre outros.

Entretanto, é importante ressaltar que muitas políticas de fomento à industrialização nordestina se deram no âmbito dos investimentos realizados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo objetivo era promover uma certa descentralização industrial para além de São Paulo. Contudo, tais investimentos, embora tenham atraído indústrias para a Região, não conseguiram acabar com as disparidades socioeconômicas entre as regiões brasileiras e propiciou “centralizações” da atividade industrial no interior mesmo da região, ao passo em que grande parte dos investimentos foram concedidos aos maiores polos urbanos do Nordeste: Salvador, Recife e Fortaleza.

Foi nesse contexto de atuação do Estado no estímulo ao desenvolvimento da atividade industrial na Região Nordeste que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e, de modo geral, o Estado do Ceará, tiveram sua estruturação espacial de produção modificada, notadamente pela criação de Distritos Industriais (DIs). Assim, além de proporcionar uma primeira desconcentração da atividade industrial na RMF, o I Distrito Industrial do Ceará foi responsável por alterar a dinâmica populacional, pois presenciou-se a construção de conjuntos habitacionais para os moradores, melhoria da infraestrutura urbana, equipamentos de lazer e serviços como saúde e educação, notadamente a profissionalizante.

Já no contexto da reestruturação capitalista, Santos (1996) destaca, ao falar da guerra dos lugares (termo cunhado pelo autor para designar uma verdadeira “guerra” entre os lugares para a atração de indústrias), o papel da necessidade de rentabilidade para justificar o estabelecimento de indústrias, expondo que:

Os lugares se distinguiram pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral) (SANTOS, 1996, p. 197).

É nesse período que fica perceptível uma reorientação do processo de industrialização brasileiro, o qual se expande e não se restringe apenas ao território nacional, além de uma desconcentração dos territórios produtivos pelo país. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), essa fase do desenvolvimento econômico brasileiro foi conhecida como “internacionalização financeira”, segundo a qual ocorreu em

dois momentos, 1975-79 e 1991-95, e foi caracterizada pela crise e esgotamento fiscal e financeiro do Estado Brasileiro.

Além dos aspectos produtivo e econômico destacados, fica clara a necessidade de atração de mão de obra e outros serviços que possibilitem a permanência do contingente de trabalhadores. Logo, Santos (1996) retoma Harvey (1993), ao falar que “a competição interlocal não é apenas pela atração da produção, mas também pela atração de consumidores, através da criação de um centro cultural, uma paisagem urbana ou regional agradável ou outro artifício” (HARVEY, 1993, p. 8 *apud* SANTOS, 1996, p. 198).

Consequentemente, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de uma variada gama de atrativos locais para a atração não somente da produção, como também de pessoas. Portanto, é nesse âmbito de rápidas transformações nas esferas econômica, política, social e espacial que a RMF tem a sua estrutura organizacional de produção e as suas relações sociais de trabalho modificadas para atender a um mercado mundial cada vez mais competitivo e que implicam em transformações socioespaciais, haja vista a complexificação da atividade industrial na RMF.

Conforme supramencionado, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, quando as primeiras Regiões Metropolitanas (RMs) foram instauradas no Brasil, a saber, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Dantas e Silva (2009, p. 01) salientam que “no que tange à realidade socioespacial, sua institucionalização deu-se antes da manifestação do processo de metropolização”.

Conforme Muniz (2014; 2015) a instituição das RMs no Brasil pode ser categorizada em dois momentos ou fases: uma primeira fase data da década de 1970, quando as primeiras RMs foram instauradas a partir de decretos nacionais como parte no processo de desenvolvimento urbano e de expansão industrial, levando em consideração a posição das metrópoles enquanto espaço desse processo; e, uma segunda fase datada a partir da Constituição Federal de 1988, quando a responsabilidade por institucionalizar as RMs no país deixou de ser estritamente do poder federal e passou a ser também dos poderes estaduais, findando, assim, um modelo centralizador e autoritário do Governo Federal, ao passo que conferiu uma maior autonomia aos estados da Federação.

Inicialmente, a RMF era composta por cinco municípios: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. A Lei Estadual 10.811, de 6 de março de 1983, foi responsável pela emancipação de Maracanaú do município de Maranguape, resultando em

sua incorporação à Região Metropolitana de Fortaleza em 1986, através da Lei Complementar Federal nº 52, de 16 de abril de 1986. Assim, anteriormente a Constituição Federal de 1988, a RMF já contava com seis municípios, dos quais ainda havia pouca integração com a capital, Fortaleza. Na Tabela 1, é possível observar a relação dos municípios que constituem a RMF atualmente, ao passo que se visualiza a data de incorporação dos municípios e os respectivos decretos responsáveis por isso.

Tabela 1 – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) de acordo com a sua data de incorporação à RM e a legislação que estabelece a incorporação.

MUNICÍPIO DA RMF	INCORPORAÇÃO À RMF	LEGISLAÇÃO
Aquiraz	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Cascavel	26 de junho de 2009	LCE 78/09
Caucaia	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Chorozinho	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Eusébio	5 de agosto de 1991	LE 11.845
Fortaleza	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Guaiúba	5 de agosto de 1991	LE 11.845
Horizonte	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Itaitinga	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Maracanaú	16 de abril de 1986	LCE 52/86
Maranguape	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Pacajus	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
Pacatuba	8 de junho de 1973	LCF 14/73
Paracuru	20 de outubro de 2015	LCE 154/15
Paraipaba	20 de outubro de 2015	LCE 154/15
Pindoretama	26 de junho de 2009	LCE 78/09
São Gonçalo do Amarante	29 de dezembro de 1999	LCE 18/99
São Luís do Curu	20 de outubro de 2015	LCE 154/15
Trairi	20 de outubro de 2015	LCE 154/15

Fonte: Muniz (2014), Assembleia Legislativa do Ceará (2018) e Portal da Legislação (2018).

Na tabela anterior, percebe-se que até a Constituição de 1988, a RMF era composta apenas por seis (6) municípios, sendo um deles, Maracanaú, instituído em 1986 em virtude do desmembramento de outro município existente e constituinte da RMF, Maranguape. Além disso, é possível observar que após a Constituição de 1988 conferir uma maior autonomia aos governos estaduais na instituição de suas próprias Regiões Metropolitanas (RMs), o número de municípios que constituem a RMF aumentou através de Leis Complementares Estaduais (LCE) e Leis Estaduais (LE), de modo que atualmente a

RMF é composta por dezenove (19) municípios, quais sejam: Aquiraz, Cascavel, Cauaia, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).



Fonte: Elaborado por João Marcos Tavares Cabral, 2019.

Como evidenciado anteriormente, os municípios que compõem a RMF foram incorporados, muitas vezes, por razões fortemente institucionais, não considerando, até mesmo, a existência de coesão metropolitana entre eles, ocasionando a presença de

municípios fortemente integrados à capital, como Caucaia e Maracanaú, e municípios pouco e/ou fracamente integrados ao polo metropolitano, como Guaiúba e Trairi (DANTAS; SILVA, 2009).

Ao analisar os dados referentes a Região Metropolitana de Fortaleza, percebe-se que esta concentra quase metade do contingente populacional do estado, com uma população estimada de 4.051.743 habitantes (44,91%). Ao passo que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o Estado do Ceará apresentava uma população estimada de 9.020.460 pessoas, as quais viviam em uma área territorial de aproximadamente 148.887,633 km², apresentando uma densidade demográfica de cerca de 56,75 habitantes por quilômetro quadrado.

É válido considerar como propulsor para alavancar o crescimento populacional, a produção e reprodução do capital, que são processados de acordo com a temporalidade, ou seja, processos produtivos que com a aceleração histórica se inserem no progresso tecnológico, de acordo com o capital investido.

No âmbito da RMF, a concentração na capital, Fortaleza, é ainda maior, pois apresenta uma população estimada de 2.627.482 habitantes (64,84%), demonstrando o seu crescimento notadamente macrocefálico (COSTA, 2007). Segundo a autora, “durante a década de 1960 migraram para Fortaleza 222.796 pessoas [...]. O esvaziamento do campo explica a predominância da população urbana sobre a rural no Ceará. Em 1980, 53,15% [...] da população [...] viviam nas cidades” (COSTA, 2007, p. 77), ao passo em que no ano 2000, este índice urbano já atingia 71,5% da população total do Estado.

Referida densidade populacional proporciona, segundo Muniz (2014), vantagens e desvantagens na RMF. Dentre as vantagens, vale destacar a existência de uma economia de aglomeração, na qual se verifica a concentração de estabelecimentos empresariais, industriais, ampla gama de produtos e serviços, mercado consumidor pujante e grande variedade de produtos. Entretanto, ao mesmo tempo tem-se desvantagens como insegurança crescente, o aumento das disparidades socioespaciais, emprego insuficiente para boa parte da população que vive em situação de vulnerabilidade e uma certa desarmonia entre a oferta e a demanda de serviços essenciais como educação, saúde, transporte, segurança, moradia etc.

Dentre os municípios da RMF com maior contingente populacional, vale a pena destacar Fortaleza (64,84%), Caucaia (8,94%), Maracanaú (5,55%), Maranguape (3,12%) e Pacatuba (2,04%). Contudo, apesar de concentrar a maior parte da população, o que se

verifica é que entre os anos de 2000 e 2010, o ritmo de crescimento populacional de Fortaleza diminuiu em decorrência de motivos como:

[...] a valorização do solo urbano e a especulação imobiliária que afastam para os limites dos municípios vizinhos as populações de baixa renda; as políticas públicas habitacionais que geram a multiplicação de conjuntos habitacionais populares nas zonas periféricas à capital e a realocação das indústrias na RMF que, estimuladas pelos benefícios fiscais e pela implantação de equipamentos urbanos, transferiram-se ou situaram-se em municípios vizinhos a Fortaleza (DANTAS; PEREIRA, 2009, p. 44).

Consequentemente, observa-se o redimensionamento do processo de urbanização a nível da metrópole, o que confere à organização espacial da RMF uma multiplicidade de transformações, haja vista o desenvolvimento das técnicas de transporte e comunicação que implicam diretamente numa maior mobilidade de capital, de mercadorias, de pessoas e bens, alterando, ainda, as funções que determinados municípios possuíam e reforçando o papel de comando de Fortaleza diante das funções atribuídas aos municípios da RMF.

Assim, embora pareça perder suas funções, Fortaleza tem sua capacidade de comando intensificada, haja vista que a cidade se especializa no setor terciário e ainda constitui o principal ponto de convergência de fluxos, apresentando melhor infraestrutura urbana e grande mercado consumidor. Dantas e Silva (2009, p. 18) classificam o processo de expansão de Fortaleza a partir da combinação de “desconcentração, expansão e adensamento em torno do desenho de novas centralidades no território da metrópole, como também de complexo porto-industrial e eixos litorâneos”.

Possuindo um crescente conjunto de estradas estaduais e federais, grande parte da RMF é cortada por citadas vias que facilitam o fluxo de mercadorias, matéria-prima, pessoas e bens, os quais não ficam restritos apenas ao espaço metropolitano, como se expandem também ao espaço estadual, nacional e transnacional, tendo em vista a própria construção e ampliação de portos e aeroportos. Outrossim, além de mudanças nos sistemas de objetos, percebe-se transformações de ordem social, com a construção de conjuntos habitacionais, escolas, postos de saúde, hospitais etc., e transformações de ordem econômica, como a inauguração de fábricas, resorts, lojas varejistas, serviços e outros equipamentos que impulsionam o rendimento econômico da RM.

Assim como exposto previamente, a reestruturação produtiva influi na modificação e instalação de fixos e ampliação de fluxos para além dos limites políticos do município de Fortaleza. De acordo com Amora (2007, p. 379), “essa distribuição espacial da

indústria constitui fator significativo da metropolização e reforça a preponderância da cidade de Fortaleza, que se projeta nacionalmente” e que busca, cada vez mais, através de investimentos estatais e privados, projetar-se internacionalmente, colocando-se na divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, a atividade industrial cearense, através dos incentivos da SUDENE, foi impulsionada após a década de 1960. A instalação do I Distrito Industrial do Ceará, no município de Maracanaú, alterou a dinâmica industrial da capital, uma vez que muitas fábricas que antes estavam localizadas em Fortaleza, notadamente nas “antigas zonas industriais” representadas pela Av. Francisco Sá e bairros do seu entorno, como Antônio Bezerra, Mucuripe e Parangaba, passaram a se localizar em municípios vizinhos a capital.

Segundo Muniz (2015, p. 67):

Com o crescimento industrial Fortaleza amplia suas funções. Até a década de 1970, a maior concentração industrial localizava-se nos bairros Mucuripe, Parangaba, na avenida Francisco Sá e bairros ao longo desta, como também no entorno da via férrea, atraindo grande contingente de migrantes. O crescimento da Zona Industrial da Francisco Sá deu-se de maneira espontânea e não obedeceu a nenhum planejamento urbanístico. A saída de muitas indústrias deixou grandes vazios urbanos territoriais [...].

Tais vazios territoriais resultantes da transferência de antigas fábricas para outros espaços estão sendo, atualmente, refuncionalizados para outras atividades, contribuindo para desconcentração da atividade industrial nesse eixo. Muniz (2015, p. 67) complementa expondo que nesses vazios territoriais “estão sendo implantados pela prefeitura conjuntos habitacionais para realocar famílias situadas em áreas de risco ou com infraestrutura de moradia muito precária que foram removidas com o Projeto Vila do Mar”. E não somente o Estado atua nesses vazios, como também se percebe a atuação da iniciativa privada com a construção de empreendimentos imobiliários, condomínios fechados, *shoppings* etc. (Figura 1).

Figura 1 – Condomínios do Projeto Vila do Mar, Unidade do SENAI, Comércio e Shopping Carlito Pamplona na Avenida Francisco Sá.



Fonte: Autores, 2019.

Desse modo, não somente se tem uma transformação espacial da produção, como também uma transformação das forças sociais, pois as pessoas que ocupam esse espaço e outros vazios deixados por antigas zonas industriais e/ou unidades fabris têm suas vidas modificadas e as relações entre elas e com o espaço também são modificadas. Tais espaços preponderantemente industriais, passam a dispor de serviços como bancos, escolas, lojas e outros para lazer como *shoppings*, praças, igreja etc. como observado na Figura 1.

A análise dos dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e à Estrutura Setorial evidencia essa “migração” e desconcentração da atividade industrial na RMF, sendo necessário destacar que embora os incentivos fiscais, financeiros e demais atrativos locais tenham corroborado para a desconcentração da atividade produtiva na RMF, Fortaleza ainda centraliza a maior parte dos investimentos e possui a maior representatividade no PIB metropolitano.

A ampliação da RMF é justificada pelo estabelecimento de atividades industriais e de serviços fora da capital, que proporcionam aos municípios metropolitanos maior diversificação sem, contudo, perder de vista a relação com Fortaleza, mas sim, ampliando e proporcionando integração maior entre os mesmos e a metrópole ainda que em níveis e intensidades diferenciadas. (TELES, 2005, p. 81)

De acordo com a análise dos dados do IPECE referentes ao PIB, em 2014, dos dezenove municípios que compõem a RMF, seis estão presentes na lista dos dez maiores

PIBs do Ceará, os quais são Fortaleza (1^a), Maracanaú (2^a), Caucaia (3^a), Eusébio (6^a), Aquiraz (7^a) e São Gonçalo do Amarante (8^a). Além disso, Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Eusébio, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante representavam, respectivamente, 46,10%, 5,48%, 4,48%, 2,02%, 1,30% e 1,23% do PIB cearense. Os valores absolutos referentes ao Produto Interno Bruto dos municípios da RMF podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) nos Anos de 2004 e 2014.

MUNICÍPIOS	2004	2014
	PIB (R\$ mil)	PIB (R\$ mil)
Ceará	36.866.273	126.054.472
Aquiraz	298.221	1.651.351
Cascavel	323.345	777.588
Caucaia	1.085.418	5.582.491
Chorozinho	48.910	128.139
Eusébio	575.618	2.543.038
Fortaleza	17.623.128	56.116.644
Guaiúba	39.464	153.782
Horizonte	421.949	1.405.696
Itaitinga	70.632	435.972
Maracanaú	2.151.090	7.029.386
Maranguape	384.867	1.059.587
Pacajus	363.507	929.253
Pacatuba	212.326	972.488
Paracuru	115.817	425.149
Paraipaba	72.817	329.698
Pindoretama	38.943	168.287
São Gonçalo do Amarante	108.314	1.444.778
São Luís do Curu	24.567	87.265
Trairi	134.675	601.091

Fonte: IPECE (2011, 2017).

Como pode ser observado na Tabela 2, ao representar 66,67% do PIB cearense, Fortaleza se destaca na maior representatividade do PIB tanto no âmbito estadual, como no âmbito metropolitano. Além de possuir o maior PIB (R\$ 56.116.644 mil), o município apresenta as melhores condições de infraestrutura, a maior população do estado e atrai uma maior concentração dos investimentos produtivos, embora esteja em voga o processo de descentralização que acompanha a lógica mundial (MUNIZ, 2015).

No que diz respeito a Estrutura Setorial da RMF, em 2014 (Tabela 3), São Gonçalo do Amarante (50,15%), Horizonte (46,37%), Eusébio (44,41%), Maracanaú

(42,31%) e Trairi (41,19%) apresentavam um PIB industrial superior ao de Fortaleza (16,62%) e ao do Estado do Ceará (19,2%). No ano de 2015, das 43.483 empresas industriais ativas no Ceará, 29.966 encontravam-se na RMF, representado 68,91% do total. Apesar da desconcentração industrial, a maior parte desses estabelecimentos estava concentrada em Fortaleza, a qual apresentava 20.909 (48,08%).

Tabela 3 – Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza de acordo com a Estrutura Setorial nos Anos de 2004 e 2014.

Municípios	2004			2014		
	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Ceará	7,08	25,13	67,79	5,20	19,20	75,60
Aquiraz	7,62	39,89	52,49	6,67	25,83	67,49
Cascavel	7,43	50,07	42,50	8,97	28,04	62,98
Caucaia	2,96	27,13	69,92	1,15	35,39	63,56
Chorozinho	28,93	11,94	59,13	12,04	7,93	80,04
Eusébio	1,04	66,00	32,96	0,96	44,41	54,63
Fortaleza	0,20	21,60	78,20	0,09	16,62	83,29
Guaiúba	15,18	11,46	73,35	12,82	7,18	79,99
Horizonte	3,98	64,49	31,53	6,77	46,37	46,87
Itaitinga	4,26	17,61	78,13	1,49	22,03	76,49
Maracanaú	0,14	66,51	33,36	0,10	42,31	57,58
Maranguape	6,13	40,54	53,33	4,23	26,8	68,96
Pacajus	6,52	54,43	39,05	4,26	33,85	61,89
Pacatuba	2,11	42,68	55,21	0,91	36,63	62,45
Paracuru	11,78	40,49	47,74	10,77	27,50	61,73
Paraipaba	27,39	16,40	56,21	25,89	19,32	54,79
Pindoretama	17,89	11,08	71,03	13,11	13,41	73,48
São Gonçalo do Amarante	14,21	17,69	68,10	3,82	50,15	46,03
São Luís do Curu	9,58	15,63	74,79	8,3	8,12	83,58
Trairi	22,40	33,60	44,00	7,98	41,19	50,83

Fonte: IPECE (2011, 2017).

Dos municípios citados na Tabela 3, Maracanaú se destaca em virtude da existência do Distrito Industrial. A criação deste implicou “no desenrolar de uma série de políticas, grandes alterações no arranjo socioespacial metropolitano” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 28). Além da transferência das instalações fabris mais poluidoras, Maracanaú começou a ser dotado de infraestrutura urbana, propiciando a sua emancipação posteriormente. Projetos de habitação popular, energia elétrica, espaços de lazer, serviços

como educação profissionalizante, saúde, segurança e outros atrativos foram responsáveis por atrair um grande quantitativo populacional para o município (Tabela 4), nos quais, muitas vezes, procuravam trabalhar nas indústrias que iam se alocando.

Muniz (2015, p. 68) faz uma observação basilar para entender a necessidade de uma mão de obra cada vez mais qualificada, ao falar que “o DI de Maracanaú dispõe ainda de mão de obra capacitada, tanto pela Prefeitura, como pelo IFCE [...], bem como pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que oferece cursos de capacitação [...]”. Assim, percebe-se que o município de Maracanaú apresenta cada vez mais um aporte de serviços e outras funcionalidades que, sobremaneira, dão subsídios para uma maior atração populacional e industrial, de modo que o município apresenta um elevado nível de integração com a capital, Fortaleza. Enquanto isso, o município vizinho, Maranguape, apresentava, em 2015, o total de 893 indústrias ativas (2,05%), destacando-se a Dakota na fabricação de calçados.

Outros dois municípios que aparecem com forte presença no setor industrial e crescente integração ao polo de Fortaleza, são Caucaia e São Gonçalo do Amarante. O primeiro município, Caucaia, apresenta um elevado nível de integração com Fortaleza sobretudo devido a construção de conjuntos habitacionais, na década de 1980, para suprir o déficit residencial em Fortaleza. Consequentemente, o município passou por um enorme crescimento demográfico que culminou no incremento de serviços como saúde, educação e segurança para a população que chegara ao local, embora esse aporte proveniente do Estado e do Município ainda sejam irrisórios. Além disso, Caucaia se destaca pela valorização dos espaços litorâneos para o lazer e para o turismo.

Como pode ser observado na Tabela 2, o município apresentava o segundo maior PIB da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), correspondendo a cerca de 4,43% do PIB Estadual no ano de 2014. Do mesmo modo, de acordo com os dados do anuário do IPECE, em 2015, Caucaia apresentava um quantitativo industrial de 2.123 indústrias ativas, representando o segundo maior quantitativo industrial na RMF, ficando atrás apenas de Fortaleza. Muniz (2015, p. 69) indica que no município é possível encontrar “[...] indústrias têxtil e de confecção (Fio Jeitoso, Ondas, Sitec Têxtil), de produtos químicos (Siqueira Gurgel) e metálicos (como a Aço Cearense, com 2.459 empregados), como também de construção civil (Construtora Marquise S.A. [...])”.

Enquanto isso, São Gonçalo do Amarante destaca-se pela implantação do Porto do Pecém, em 2002 (Mapa 2), e, mais recentemente, pela instalação da Companhia

Siderúrgica do Pecém (CSP), em 2016. A instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (Figura 2) fez com que a dinâmica do trabalho e os investimentos em empreendimentos comerciais e industriais fosse remodelada na RMF, haja vista a expansão dos sistemas de objetos e ações que conferiu à São Gonçalo do Amarante uma maior integração com Fortaleza.

Mapa 2 – Localização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).



Fonte: Elaborado por João Marcos Tavares Cabral, 2019.

Com a criação do Porto do Pecém, a instalação da siderúrgica, como também da ZPE (zona de processamento e exportação) e de outras indústrias presentes no CIPP, sai fortalecido o eixo industrial Caucaia-São Gonçalo do Amarante, redefinindo-se o papel até então exercido por estes municípios na estrutura socioespacial metropolitana.

Em meio à crescente atração industrial, é perceptível a maritimização de alguns ramos industriais, ou seja, a industrialização dos espaços portuários. Acerca do espaço estratégico de alocação no entorno do porto do Pecém por parte destas indústrias que utilizam enormes quantidades de materiais brutos temos a seguinte contribuição acerca da função industrial dos portos.

[...] o porto não é apenas uma etapa ou um lugar de estágio da carga; é também um lugar onde permanecem algum tempo grandes quantidades de mercadorias e matérias primas pesadas que interessam a numerosas indústrias. As indústrias atraídas pela vizinhança de um porto são principalmente aquelas que recebem ou expedem produtos pesados; elas trabalham com grandes toneladas e fornecem, em geral, um semiproduto enviado para o entorno ou interior para acabamento. (FIRKOWSK; SPOSITO, 2008, p. 144).

“No Ceará, a implantação do CIPP ocorreu em um período mais recente de expansão capitalista, [...] no âmbito de uma industrialização subsidiada pelo Estado em parceria com capitais privados” (TELES; AMORA, 2016, p. 7), calcado em um projeto que busca inserir o Estado numa escala mundial, sobretudo focado numa maior dinamicidade de fluxos, derivados de produtos siderúrgicos, petróleo e outros de grande porte, tendo a crescente mobilidade do trabalhador como uma das consequências evidentes já confirmadas também por TELES(2015).

Além disso, devido à necessidade cada vez maior de mão de obra qualificada, o CIPP articula pessoas de diferentes locais do mundo e intensifica os movimentos pendulares no interior da RMF, tendo em vista que a oferta de postos de trabalho demanda trabalhadores de diversos níveis de escolaridades. De acordo com Teles (2005, p. 4),

[...] muitos trabalhadores vêm de outros Estados da Região Nordeste e outras regiões do país, até mesmo de outros países, permanecendo longe de suas casas por longos períodos e tendo que viver de forma precária em meios de hospedagens pagos pelas empresas como pousadas, hotéis, alojamentos e casa alugadas.

A Eneva (antiga MPX) e a CSP se destacam no CIPP quanto ao impacto no quantitativo de trabalhadores e mobilidade destes. Conforme TELES (2015, p. 194),

A implantação das empresas Eneva e CSP mobilizou para as obras de construção civil e montagens de equipamentos uma quantidade de trabalhadores jamais vista na história da implantação de indústrias na Região Metropolitana de Fortaleza. A chegada dessas empresas implicou, além da ampliação de fluxos de capital e de força de trabalho, novas interações (infraestruturas) no espaço metropolitano, articulando várias escalas e imprimindo novos conteúdos à urbanização/metropolização do espaço cearense.

Muniz (2014) afirma que há indústrias nacionais e estrangeiras no CIPP, sendo o capital investido para início de seu funcionamento muito maior do que o capital investido em recursos humanos nos dias atuais, como na CSP, pois havia presença de muita mão de obra coreana, ou seja, importação de mão de obra mais barata e a crescente especulação imobiliária.

A busca de novos territórios impulsionada pelo fenômeno de globalização, é possível com o desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação. Isto resulta na produção do espaço que se consubstancia também em transformações estruturais na relação capital e trabalho (TELES, 2015, p. 59), proporcionando os deslocamentos humanos, nos quais as migrações motivadas pelo trabalho comprovam que a mobilidade da força de trabalho, provocando, nova organização do espaço, como é o caso ocorrido nos municípios que compreendem o CIPP.

De acordo com dados do IPECE, em 2004, o PIB, segundo a estrutura setorial, do município de São Gonçalo do Amarante apresentava uma maior participação no setor de serviços (68,10%), seguido pelo setor industrial (17,69%) e pelo setor agropecuário (14,21%), tal como apresentado na Tabela 3. Em contraste, no ano de 2014, o papel do setor industrial ganhou força, passando a ocupar 50,15% do PIB do município, seguido pelo setor de serviços (46,03%) e pelo setor agropecuário (3,82%). O aumento da expressividade do setor industrial no referido município se deu, principalmente, por causa das políticas públicas para a atração de indústrias para municípios mais distantes de Fortaleza.

No contexto da realocação das empresas industriais, os municípios de Horizonte, Pacajus e Itaitinga são beneficiados por estarem ao longo do eixo da BR-116. O primeiro, Horizonte, ocupa um papel de destaque, representando cerca de 1,11% do PIB Estadual em 2014 e 1,14% das empresas industriais ativas no ano de 2015. No total, Horizonte apresentava 491 empresas industriais ativas em 2015, dentre as quais vale a pena destacar aquelas voltadas para a produção de bebidas (Brasil Kirin [fechada em 2017], Idaíá Águas Minerais), para a produção têxtil (Santana Têxtil) e para a produção de calçados (Vulcabrás). Já Pacajus, representava, em 2014, cerca de 0,74% do PIB Estadual e no ano posterior possuía um total de 475 empresas industriais ativas (1,09%), dentre as quais citamos aquelas voltadas para a produção de alimentos (Suco Jandáia) e para a produção têxtil (Vicunha Têxtil). Por fim, Itaitinga, representando cerca de 0,34% do PIB Estadual em 2014 e 267 empresas industriais ativas (0,61%), em 2015, no qual destaca-se empresas na fabricação de brita, pré-moldados e concreto (Britane, Estrela Britagem).

Pacatuba, embora apresente um alto nível de integração a Fortaleza, notadamente em virtude da construção de conjuntos habitacionais para suprir a demanda residencial do município vizinho, Maracanaú, apresentava um PIB, em 2014, de 972.488 mil reais (8ª posição na RMF) e 510 empresas industriais ativas no ano de 2015, representando cerca de 1,71% do total Estadual. Dentre as principais empresas, vale a pena destacar a

presença da Mecesa na fabricação de embalagens plásticas, da Aquavi na fabricação de bebidas e da Usintecs na fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial.

O município de Eusébio, apesar de possuir grande parte do seu PIB referente a atividade industrial, destaca-se pelo setor de serviços (54,63%) e pela presença de condomínios fechados de luxo. Portanto, com ênfase na ação dos agentes imobiliários, tem-se, em Eusébio, a construção, mais fortemente a partir da década de 2000, de condomínios fechados que atendem a uma parte da população – notadamente aquela proveniente de Fortaleza – com um poder aquisitivo mais elevado. Tendo em vista a sua posição em relação a Fortaleza, o município de Eusébio é atravessado por uma importante rodovia regional que propicia o desenvolvimento de uma série de condomínios, terrenos e loteamentos nas suas proximidades, a CE-040.

O município do Eusébio entra na perspectiva de espaço predominantemente residencial, mas também industrial e de serviços. Esse fenômeno pode ser entendido como resultante do “[...] processo de expansão horizontalizada da metrópole de Fortaleza, na qual emergem novas localizações residenciais para segmentos de média e alta renda” (NOGUEIRA, 2011, p. 08). A partir do exposto, percebe-se que os agentes imobiliários associados ao poder público atuam diretamente como fatores de expansão da “malha urbana de Fortaleza, contribuindo para o prolongamento da sua área edificada na direção sudeste, para além dos seus limites políticos administrativos” (NOGUEIRA, 2011, p. 15). Em 2015, o município apresentava o total de 603 empresas industriais ativas (1,37%), dentre as quais empresas do setor têxtil (Gurgel, Haco e Ramalho Têxtil), do setor de alimentos (Fábrica Fortaleza, Pardal, Gelofort) e de calçados (MF Indústria, Diplastil).

Segundo Dantas e Silva (2009), Aquiraz destaca-se na oferta de empregos formais em atividades de ponta, de modo que “tal dado verifica-se em virtude de sua inserção à lógica de valorização dos espaços litorâneos pelo turismo, implicando na constituição de empreendimentos turísticos no município [...] e cujo desdobramento tem implicações diretas no volume de emprego formal” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 34). Além disso, o município tem seu espaço dinamizado em função da construção de condomínios residenciais e casas de veraneio que impulsionam o setor do turismo e do lazer, a exemplo da presença do Complexo Beach Park no local. Em 2015, o município apresentava 488 empresas industriais ativas (1,12%), destacando-se a Usibrás na fabricação de castanhas e óleos e a Colonial na fabricação de bebidas (cachaça). O município vizinho, Cascavel, apresentava, em 2015, o

total de 335 empresas industriais ativas (0,77%), caracterizado, entretanto, pela agricultura, pelo artesanato de cerâmica e pelo turismo litorâneo (MUNIZ, 2015).

Alguns municípios apresentam pouca integração com Fortaleza, dentre os quais vale a pena destacar a presença de características rurais, como Chorozinho, Guaiúba e Pindoretama. O primeiro, Chorozinho, possuía o segundo pior PIB entre todos os municípios da RMF, representando apenas cerca de 0,10% do PIB Estadual. Em 2015, o município apresentava 106 empresas industriais, dentre as quais as empresas de fabricação de tijolos e artigos de cerâmica CCL Cerâmica Chorozinho e Ceramix. O segundo, Guaiúba, apresentava, em 2014, o terceiro pior PIB entre os municípios da RMF, representando cerca de 0,12% do PIB Estadual e um quantitativo industrial de 76 empresas industriais ativas em 2015. Enfim, o terceiro, Pindoretama, apresentava, em 2014, o quarto pior PIB entre os municípios da RMF, representando cerca de 0,13% do PIB Estadual e um quantitativo industrial de 125 empresas industriais ativas em 2015.

Por fim, tem-se os quatro últimos municípios integrados à RMF, quais sejam: Paracuru, Paraipaba, São Luís do Curu e Trairi. Estes municípios foram anexados à RMF em 2015 e apresentam níveis baixos de integração com a metrópole, embora Trairi apresentasse, em 2014, um PIB Industrial de 41,19%. De modo geral, esses municípios apresentavam, respectivamente, 144 (0,33%), 99 (0,22%), 42 (0,10%) e 119 (0,27%) empresas industriais ativas em 2015. Quando comparados a outros municípios da RMF, no concernente ao quantitativo industrial, tem-se: Paracuru (13^a), Paraipaba (17^a), São Luís do Curu (19^a) e Trairi (15^a). Dentre as empresas, destaca-se as ligadas a fabricação de laticínios, como a Laster e a Dufrota, em Trairi; a Agrovale Companhia Agroindustrial Vale do Curu S/A ligada a fabricação de álcool, em Paracuru; e, em Paraipaba, tem-se a Dicoco Agroindustrial Ltda ligada a fabricação de produtos alimentícios, como água de coco, coco ralado e óleo de coco.

O quantitativo das indústrias interfere na dinâmica dos municípios que compõe a RMF, sendo notória a representatividade no mercado de trabalho da indústria de transformação que se sobressai logo após o comércio e serviços, como pode ser constatado na Tabela 5 quanto aos indicadores do Mercado de Trabalho segundo o último Anuário Estatístico do Ceará 2017 (IPECE).

Tabela 5 – Percentual da População Ocupada, segundo os Subsetores de Atividades e as Posições na Ocupação – Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará – 2014-2016.

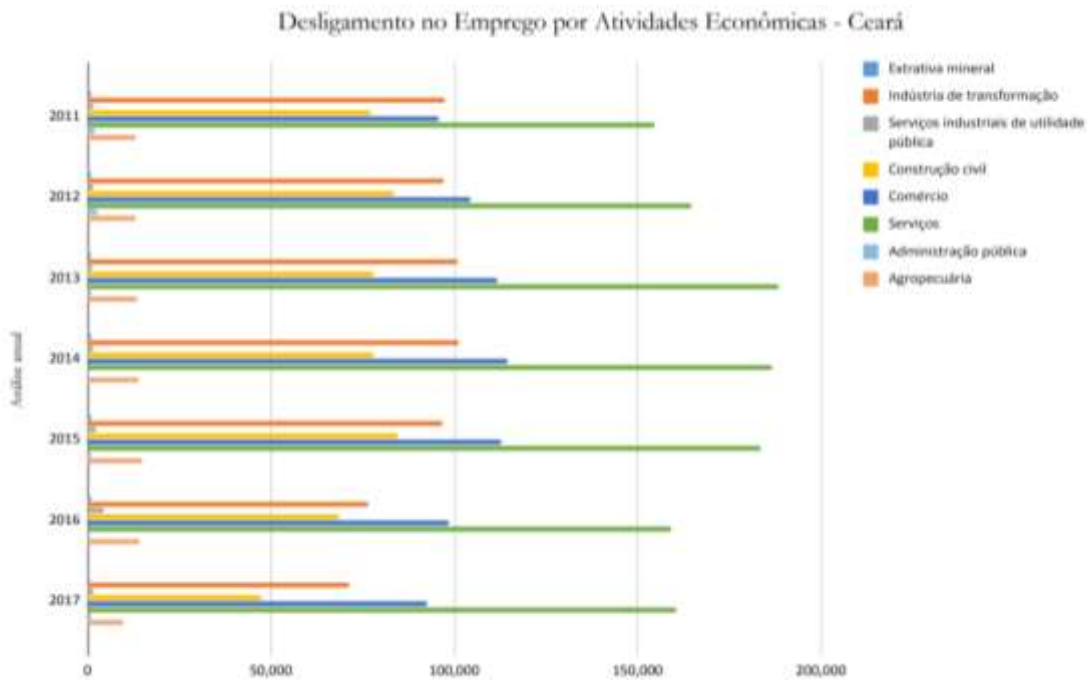
Subsetores de atividades e posição na ocupação	População Ocupada (%)		
	2014	2015	2016
Subsetores de atividades			
Indústria de Transformação	17,9	17,1	16,4
Construção Civil	8,7	8,6	8,0
Comércio, reparação de veículos automóveis e motocicletas	23,6	23,9	23,5
Serviços	48,0	48,6	49,9

Fonte: IPECE (2017).

Enquanto temos 49,9% de pessoas ocupadas no setor de serviços em 2016, configurando um crescimento contínuo no intervalo desde 2014, na indústria de Transformação tem ocorrido declínio constante, apesar do segmento industrial ser bem diversificado e estar em constante processo de expansão, tendo a Região Metropolitana de Fortaleza o local com a maior concentração de indústrias, deve-se levar em conta a crescente automação do setor industrial e mesmo diante da especificidade do tipo de indústria que predomina no Estado, não deve-se esquecer que as transformações nas estruturas de trabalho em diferentes escalas espaciais impactam na dinâmica do mercado cearense.

Ao analisar pelo Gráfico 1 o desemprego nas economias em desenvolvimento, como o Ceará, sugere a retomada do discurso acerca da reestruturação produtiva e dos seus impactos sobre o mercado de trabalho.

Gráfico 1 - Desligamentos no emprego, segundo as atividades econômicas no Ceará - 2011/2017.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb).

O Gráfico 1, permite afirmar o destaque do setor de serviços quanto aos desligamentos de trabalhadores, acompanhado do comércio e, no Ceará, nota-se razoáveis desligamentos na indústria de transformação se comparado ao setor de serviços e comércio.

Diante do exposto, cabe ressaltar que as indústrias aqui evidenciadas têm impactos socioeconômicos e notadamente espaciais com consequências no papel desempenhado pelos municípios da RMF não somente pela fixação de indústrias e simultaneamente fácil mobilidade, como também pelo capital que movimentam e representatividade na economia local com interligações em diferentes localidades com o escoamento da produção, como também impactam no social, principalmente por demandarem mão de obra em diferentes processos da produção.

Uma leitura mais aprofundada sobre os impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho Cearense e metropolitano em particular segundo ramos industriais pode ser conferida em: Muniz (2014) acerca da reestruturação na indústria têxtil e os impactos no mercado de trabalho, bem como impactos espaciais; Pereira (2011) que trata da industrialização cearense, enfocando o setor calçadista, como também em Teles (2015) que dentre outras coisas analisa o impacto do CIPP no mercado de trabalho e mobilidade do

trabalhador e Meneleu Neto (2000) sobre a indústria calçadista, os trabalhadores e a reestruturação do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi retratado na pesquisa, entende-se a reestruturação produtiva do capital responsável por moldar cada processo que configura a organização espacial dos municípios, a gestão do mercado de trabalho e mobilidade da classe operária, assim como o deslocamento, expansão, fechamento ou implantação de indústrias.

Vislumbram-se, novos tipos de relações sociais de produção, e novas estratégias político-administrativas de intervenção estatal no estado do Ceará. Ressalta-se, um processo amplo de desconstruções e reconstruções, um fluxo de transição e a metrópole é responsável pela forte influência na dinâmica econômica, política, social e conseqüentemente, estrutural.

Neste contexto de reestruturação capitalista, pôde-se verificar na Região Metropolitana de Fortaleza a tendência ao processo de desconcentração industrial, com a presença de empresas que investiram e deslocaram suas atividades industriais para outros territórios, como forma de diminuir a alta concentração na Capital e expandir as fronteiras econômicas, considerando o poder de atração para alocar este capital não somente no Distrito Industrial de Maracanaú, mas também no eixo da BR 116 e no CIPP. Nesse sentido, os municípios do entorno foram impactados, dentre outras coisas, obtendo relevância industrial que dão um novo arranjo ao mundo do trabalho.

As demandas voltadas a produção industrial desenvolveram novas condições de metropolização do espaço. O Complexo Industrial e Portuário do Pecém como um todo, tornou-se imprescindível dada a gama de relações estrangeiras que propiciam a fluidez espacial nas exportações e importações, ressaltando os empreendimentos que intensificam o investimento e modernização industrial.

Foi possível perceber, como a industrialização participa ativamente do processo de constante transformação espacial. As políticas públicas e privadas atraem diversos serviços e infraestruturas que estão direta ou indiretamente inter-relacionadas com o capital industrial, este, por sua vez mobiliza inúmeros outros instrumentos de materialização do espaço urbano reforçando a expansão da região metropolitana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C.. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, SP: Cortez; 1995. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 155 p.

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e Espaço no Ceará. In: DANTAS, Eustógio W. C.; SILVA, José Borzacchiolo da; CAVALCANTE, Tércia. **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI.** 3. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: DANTAS, Eustógio W. C.; SILVA, José Borzacchiolo da; CAVALCANTE, Tércia. **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Maria Florice Raposo. Dinâmica de Crescimento Populacional: O Efetivo. A Densidade. O Crescimento Geométrico. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 41-54

_____.; SILVA, José Borzacchiolo da. A Formação Histórica da Metrópole e Principais Tendências de Desenvolvimento. In: PEQUENO, Luis Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 01-40.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas, SPOSITO, Eliseu Savério(orgs). **Indústria, Ordenamento do Território e Transportes: A Contribuição de André Fisher.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. **III Colóquio Espaço e Economia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro – Brasil, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1b2E_Gdjl908DTSnvf0N4BXR1nIH5IDvu/view.

Acesso em: 20 agos. 2019.

_____. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2014.

_____. Produção do Espaço Metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n3/1984-2201-mercator-14-03-0061.pdf>>.

Acesso em: 1 abr. 2017.

_____.; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Transformações no Espaço Metropolitano de Fortaleza. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 31, n. 1, p.13-25, 18 ago. 2011. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST1_Alexsandra_Muniz.pdf>.

Acesso em: 1 abr. 2017.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e Economia Política** – Uma Abordagem a Partir do Novo Processo de Industrialização no Ceará. Tese. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

MENELEU NETO, Jose. **Os novos sapateiros: Os trabalhadores e a reestruturação do capital**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2000.

NOGUEIRA, Cleiton Marinho Lima. **Expansão metropolitana e dinâmica imobiliária: o município de Eusébio no contexto da região metropolitana de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7775>. Acesso em: 15 nov. 2017.

REOLON, Cleverson Alexander. Aspectos da dimensão espacial da reestruturação produtiva. Aportes à compreensão da reestruturação das cidades. In: **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014, p. 1-21.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. Cap. 2. p. 23-54.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TELES, Glauciana Alves. **Dinâmicas metropolitanas contemporâneas:** Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza. Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2005.

TELES, Glauciana Alves. **Mobilidade, trabalho e interações socioespaciais:** O Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Contexto da Região Metropolitana de Fortaleza. Tese de doutorado defendida na Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

Submetido em: Junho de 2019

Aceito em: Setembro de 2019